

Amil cancela planos de saúde de crianças autistas da região

Operadora alega 'prejuízos acumulados' em contratos coletivos por adesão; mães acionam a Justiça para tentar reverter decisão unilateral

THAINA LANA
thainalana@iglob.com.br

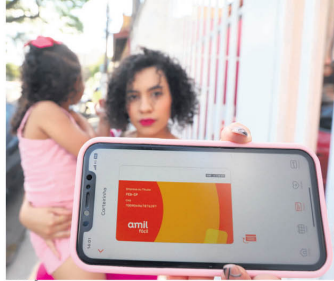
Um grupo de ao menos 12 mães de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) do Grande ABC luta contra o cancelamento unilateral do plano de saúde Amil. A cobertura da assistência médica vai até o dia 31 deste mês, e os familiares temem retrocesso no desenvolvimento dos filhos, que realizam tratamento e acompanhamento médico.

A Qualiquor, administradora de benefícios, comunicou os beneficiários no fim de abril que o convênio seria encerrado com a Amil, que justificou a rescisão dos contratos por conta de "prejuízos acumulados" — o que teria causado altos índices de reajustes. Os planos de saúde das moradoras da região são da modalidade coletiva por adesão (contratado por um sindicato ou associação).

Para tentar reverter a situação, os familiares vão acionar a Justiça. O advogado Laís Ricardo Vasques Davanzo contou que seu escritório já realizou orientações jurídicas a 12 mães que aguardam o envio de documentação para dar sequência nos casos.

Davanzo afirmou que irá solicitar judicialmente uma ação de obrigação de fazer, acompanhada de um pedido de tutela de urgência e de indenização por danos morais. "Como os autistas fazem terapia multidisciplin角度res, não pode ser interrompido o tratamento. Vamos tentar resolver de forma completa o problema", disse o advogado.

Fabiana Aparecida Fernandes, 45 anos, mãe do pequeno Samuel Fernandes de Araújo, 8, recorreu à Justiça na semana passada e recebeu ordem liminar para que seu filho continue com os tratamentos médicos pelo convênio, como suporte para doenças respiratórias e cardiopatias. "Ficamos desesperados, sem saber o que fazer, não es-



RESCISÃO. Filhas como Tatiane Oliveira (foto) foram surpreendidas com a decisão unilateral da Amil

tamos conseguindo contratar outros planos porque todos querem com a modalidade de coparticipação. Como meu filho faz 15 horas semanais de terapia, não tenho condições de buscar. Fico preocupada porque ele precisa de tratamento", desabafou Fabiana, moradora de São Bernardo.

Tatiane Santos Oliveira, 30, também acionou a Justiça para tentar continuar com o atendimento médico da filha Sophia Sani Santos Oliveira, 4. Ela chegou a fazer conexão em outras operadoras, porém, o valor está quase o triplo do que paga — na Amil, hoje, R\$ 285 por mês, enquanto para fazer portabilidade para a Prevent Senior pagaria R\$ 748.

"Esse cancelamento vai impactar negativamente nas nossas vidas, minha filha não pode ficar sem terapia, ela começou a falar através da musicoterapia, melhorou a socialização, sem isso vai retroceder", afirmou.

JUSTIFICATIVA

A lei permite que contratos coletivos por adesão sejam rescindidos de forma unilateral e involuntária, mas as operadoras devem seguir regras — como aviso sobre o término do contrato com dois meses de antecedência. Em nota, a Amil informou que está reformulando sua grade de produtos e que, nesse contexto, os planos coletivos por adesão foram revisados. A empresa confirma que está em curso o cancelamento de um conjunto de contratos da Amil com administradoras de benefícios, "especificamente os que demonstram desequilíbrio extremo entre receita e despesa há pelo menos três anos", destacou.

A Amil alegou ainda que iniciou a comunicação da mudança às administradoras em 18 de março e que a mudança estava sendo feita estritamente conforme as leis vigentes. A Qualiquor explicou que a decisão de cancelamento não partia da administradora.

Parlamentares do Grande ABC vão se reunir com presidente ANS

Parlamentares de São Bernardo, o deputado federal Alex Mamerne (Cidadania-SP) e o vereador Juliano Fuzari (PSC) irão se reunir amanhã com o diretor presidente da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), Paulo Roberto Vanderlei Rebelo Filho, em Brasília.

No encontro, irão abordar os casos de cancelamento dos planos de saúde da Amil de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) de São Bernardo. Ao menos 11 famílias do município, e uma de Diadema, acionaram os parlamenta-

res sobre a suspensão da assistência médica privada.

Fuzari, que é ativista da causa autista — ele tem um filho de 20 anos com TEA —, falou em ilegalidade e decisão abusiva por parte da operadora de saúde. A primeira tentativa para reverter a rescisão contratual será na esfera administrativa, na reunião com o representante da agência nacional.

"É um abuso, uma ilegalidade essa atitude unilateral da operadora Amil. Se a ANS não tomar providência nenhuma, em breve serão outros beneficiários que serão os planos cancelados. Hoje é o autista, amanhã é outra pessoa que tem qualquer condição que será impedida de ter um convênio. Acredito que eu e o deputado Alex Mamerne sairemos do encontro com uma boa notícia", disse.

Mães temem retrocesso dos filhos

Sophia, Anthony, Arthur, Eduardo, Yasmin, Samuel e Antonella. Além do diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e de restrição no Grande ABC, todas essas crianças têm uma coisa em comum: a partir de 31 de maio estarão sem plano de saúde.

As mães ouvidas pelo Diário temem retrocesso dos filhos, já que por conta da frequência dos tratamentos não conseguem ir com a nova modalidade de convênio.

Moradora de Diadema, Sergiane Maria de Mesquita, 36, se diz desesperada. A filha, Yasmin, 9, usa capote para se proteger de agressões no rosto, e após o tratamento, po-

rou de se machucar. A manicure Jasmim Cristina Trindade da Silva, 32, já acionou o advogado para que o filho, Anthony, 4, continue com o acompanhamento médico.

Amanda Barbosa da Silva, 34, diz que o pequeno Arthur, 5, apresentou significativa melhora após sessões de terapia. "Ele começou a sair das fraldas, aprendeu a mastigar, está aprendendo a socializar. Já muito interessado, pois meu filho pode regredir", diz.

Os irmãos de São Bernardo, Eduardo, 6, e Arthur, 4, ambos com TEA, devem sair da assistência privada para pública. A mãe, Josina Aracina Marques Vasconcelos, 35, ligou na Amil e ANS para ter-

tar resolver, mas não obteve retorno. "Não posso esperar o convênio ser cancelado para fazer algo. Os valores de nossos convênios são altos. Estou desesperada", desabafou.

Érica Gomes de Almeida, 31, contou os sacrifícios que fez para que a filha, Antonella, 5, pudesse ter assistência privada. "Pagamos R\$ 750 em um convênio de criança, valor de plano para uma pessoa adulta. Pagamos sempre todo adiantado para não correr nenhum risco. Eles decidiram cancelar o convênio alegando que ela causou prejuízo financeiro? Descuraram nossos sacrifícios como se fossem lixas", finalizou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1